



PROCESSO N.º : 2015003216
INTERESSADO : DEPUTADO JOSÉ NELTO E OUTRO
ASSUNTO : Proíbe a contrata o de shows artísticos pelo Poder Público Estadual pelo prazo que especifica.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria dos ilustres Deputados José Nelto e Adib Elias, proibindo a contrata o de shows artísticos pelo Poder Público Estadual pelo prazo de 3 (três) anos.

A proposi o estabelece que o descumprimento dessa proibi o acarretará a nulidade da contrata o e o pagamento de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelo agente público infrator.

A justificativa menciona que os recursos públicos são limitados e numa situa o de crise econ mica devem ser priorizados os gastos com áreas prioritárias, como saúde, educa o e segurança, sendo razoável, portanto, proibir a contrata o de shows artísticos.

Essa   a síntese da proposi o em  lise.

O presente projeto não deve prosperar, tendo em vista que fere o princípio constitucional da separa o dos poderes.   que a contrata o de shows artísticos pelo Poder Público Estadual deve respeitar a autonomia e a iniciativa dos respectivos Poderes, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas de decidirem sobre a conveniência, a oportunidade e a necessidade de efetiva o de tais contrata es.



Logo, esta Casa Legislativa não pode, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes, proibir o Executivo, o Judiciário, como também o Ministério Público e os Tribunais de Contas, de contratar shows artísticos. A iniciativa de contratar ou não shows artísticos deve partir dos respectivos Poderes, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, os quais têm autonomia constitucional para decidir sobre a conveniência e a necessidade dessa contratação, não devendo o Legislativo interferir nessa autonomia constitucionalmente assegurada.

Registre-se que, tratando-se de gastos ou despesas públicas, o Legislativo é responsável pela apreciação e aprovação das leis orçamentárias encaminhadas pelo Executivo. É nesse momento, portanto, que o Legislativo poderá estabelecer limites para os gastos com shows artísticos ou, eventualmente, não autorizar a realização de despesas com essa finalidade.

No sistema constitucional de controles recíprocos entre os Poderes, dentro do mecanismo de freios e contrapesos ou *checks and balances*, o Legislativo tem a função primordial de autorizar os gastos públicos por meio das leis orçamentárias. Contudo, não lhe assiste a atribuição ou o poder de vedar a contratação de shows artísticos, porquanto essa atividade encontra-se dentro da esfera de autonomia de cada Poder.

Isto posto, ante o vício de inconstitucionalidade apontado, somos pela **rejeição** do presente projeto de lei. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 18 de Fevereiro de 2016.

Deputado SIMEYZON SILVEIRA
Relator